

Demonstrações Financeiras

Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9



**Shape the future
with confidence**

Edifício Statement
Avenida do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Evolua Energia Operacional SPE Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evolua Energia Operacional SPE Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel Cruz Arantes Campos'.

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC MG-091263/O

Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.505	312
Impostos a recuperar	7	388	1.008
Adiantamento a fornecedores	9	154	1.233
Outros ativos		315	-
Total do ativo circulante		2.362	2.553
Não circulante			
Partes relacionadas	8	43.210	41.332
Fundos vinculados	6	5.680	4.182
Ativo de direito de uso	10	7.268	7.217
Imobilizado	11	147.613	157.939
Intangível	12	5.004	5.230
Total do ativo não circulante		208.775	215.900
Total do ativo			
		211.137	218.453
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	346	444
Empréstimos e financiamentos	14	20.161	11.014
Obrigações tributárias	15	859	745
Passivo de arrendamento	16	1.156	1.101
Dividendos a pagar	17.2	9.964	-
Total do passivo circulante		32.486	13.304
Não Circulante			
Partes relacionadas	8	13.006	10.912
Empréstimos e financiamentos	14	72.943	88.187
Obrigações tributárias	15	1.400	1.626
Passivo de arrendamento	16	7.122	6.856
Impostos diferidos	22	2.911	2.683
Total do passivo não circulante		97.382	110.264
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	84.921	84.921
Reserva de lucros		-	9.964
Prejuízo acumulado		(3.652)	-
Total do patrimônio líquido		81.269	94.885
Total do passivo e patrimônio líquido			
		211.137	218.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	18	34.306	30.835
Custos operacionais	19	(10.151)	(9.175)
Lucro bruto		24.155	21.660
Despesas gerais e administrativas	20	(11.220)	(8.900)
Lucro antes do resultado financeiro		12.935	12.760
Receitas financeiras	21	638	513
Despesas financeiras	21	(16.997)	(16.394)
Resultado financeiro líquido		(16.359)	(15.881)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.424)	(3.121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(228)	(2.683)
Prejuízo do exercício		(3.652)	(5.804)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(3.652)	(5.804)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(3.652)</u>	<u>(5.804)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros retidos	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		84.921	15.768	-	100.689
Prejuízo do exercício		-	(5.804)	-	(5.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		84.921	9.964	-	94.885
Destinação de dividendos	17.2	-	(9.964)	-	(9.964)
Prejuízo do exercício		-	-	(3.652)	(3.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		84.921	-	(3.652)	81.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Evolua Energia Operacional SPE Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.424)	(3.121)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	10.901	9.848
Juros sobre certificados de recebíveis imobiliários	14	14.336	14.336
Apropriação de custo de captação de empréstimos	14	798	-
Ajuste ao valor presente sobre arrendamentos	16	1.070	1.031
		23.681	22.094
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) Redução dos ativos		-	37
Despesas pagas antecipadamente		-	102
Impostos a recuperar	7	620	1.108
Adiantamento a fornecedores	9	1.079	-
Outras contas a receber		(315)	-
Aumento/(redução) dos passivos			
Fornecedores	13	(97)	(345)
Obrigações tributárias	15	(113)	1.946
Juros pagos de arrendamentos	16	(157)	(148)
Juros pagos de certificados de recebíveis imobiliários	14	(9.620)	(9.911)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		15.078	14.883
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	-	704
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	704
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de principal dos certificados de recebíveis imobiliários	14	(11.611)	(8.951)
Conta corrente com partes relacionadas, líquido	8	216	(8.064)
Pagamentos de principal de arrendamentos	16	(992)	(938)
Custos de captação certificados de recebíveis imobiliários	14	-	1.648
Valores resgatados/(aplicados) em fundos vinculados, líquido	6	(1.498)	491
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(13.885)	(15.814)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.193	(227)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		312	539
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.505	312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

1.1. A Empresa

A Evolua Energia Operacional SPE Ltda. (doravante referida também como "EVOLUA" ou "Empresa") é uma sociedade empresária limitada, constituída em 18 de fevereiro de 2021, sob a denominação social de Evolua Energia Montes Claros SPE Ltda e posteriormente alterada para a denominação atual na 1ª alteração contratual da Empresa de 28 de maio de 2021. A Empresa é localizada na Rua Levindo Lopes, nº 357, bairro Savassi, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30140-171. A Empresa é controlada pela Evolua Energia Participações S.A. ("Controladora").

A Empresa tem como objeto social: (i) a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros; (ii) a prestação de serviços auxiliares de consultoria técnica na área de energia elétrica e serviço de engenharia; (iii) elaboração de projetos, bem como homologação junto às concessionárias de energia elétrica de sistema de geração de energia fotovoltaica; e (iv) a prestação de serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos solares. A Empresa está no setor de geração distribuída, com foco na geração compartilhada para seus clientes (Pessoas Físicas e/ou Pessoa Jurídicas) que se integram através de um consórcio ou cooperativa.

1.2. Projetos de Geração Distribuída

Etapas do Projeto	UFV Nova Ponte	UFV Montes Claros I	UFV Montes Claros II	UFV Montes Claros III	UFV Buritizeiro I
Município	Nova Ponte/MG	Montes Claros/MG	Montes Claros/MG	Montes Claros/MG	Buritizeiro/MG
Potência (MW)	5	5,5	4,4	5	5
Data Energização	out/21	ago/22	jul/23	fev/24	ago/23
Data CAP (Certificado de Aceite Provisório)	mar/22	fev/23	-	ago/24	ago/24
EPCista UFV	Alexandria	Tecnova	Tecnova	BYD	BYD
EPCista Conexão	CEMIG	MBA	MBA	MBA	MBA

1.3. Proposta vinculante para alienação de controle societário

Em dezembro de 2025, foi celebrado contrato de compra e venda de ações (SPA) pela Evolua Energia Participações S.A., controladora integral da Empresa, para a alienação integral da participação societária, cuja conclusão está sujeita ao cumprimento de condições precedentes estabelecidas no controle de compra e venda de ações. Até a presente data, a transação não foi concluída, encontrando-se em andamento os procedimentos de *due diligence* por parte do potencial investidor. A conclusão da operação permanece sujeita à superação das referidas etapas, sendo atualmente estimada para ocorrer ao longo do segundo trimestre de 2026.

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Situação econômico-financeira da Empresa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresentou prejuízo de R\$3.652 (prejuízo de R\$5.804 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido negativo de R\$30.124 (capital circulante líquido negativo de R\$10.751 em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido de R\$81.269 (patrimônio líquido de R\$94.885 em 31 de dezembro de 2024).

O Grupo Evolua estruturou as atividades operacionais da Empresa para que ela seja eficiente, tenha uma forte geração de caixa e mantenha os níveis de alavancagem adequados ao negócio e segmento de atuação do grupo. A Administração acredita que as premissas operacionais utilizadas para estimar os resultados financeiros futuros da Empresa são prudentes, e que tais premissas, aliadas ao contrato de compra e venda da Empresa conforme mencionado na seção 1.3 acima, proporcionarão fluxo de caixa suficiente para que a Empresa cumpra suas obrigações de curto prazo.

Caso a geração de caixa da Empresa, juntamente com suas reservas de caixa atuais, não sejam suficientes para financiar seus passivos de curto prazo, a Administração buscará antecipadamente apoio financeiro de sua controladora, Evolua Energia Participações S.A.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal ("going concern") dos negócios da Empresa e não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar operando ao menos pelos próximos 12 meses a partir da data das demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

A Empresa preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Empresa, e, também, a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário.

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 31 de março de 2026.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

- A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Empresa está atualmente avaliando os impactos referente a aplicação do IFRS 19.

c) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

c) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros--Continuação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Empresa não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

d) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS

7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

e) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

e) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais--Continuação

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Empresa não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

a) Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Empresa tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento--Continuação*

Ativos financeiros--Continuação

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

c) Imobilizado--Continuação

ii) *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

iii) *Custos subsequentes do ativo imobilizado*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv) *Depreciação*

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Em 31/12/2025 e 31/12/2024, todas as usinas estavam em operação.

d) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada do ativo intangível, conforme contrato de arrendamento de superfície, é a seguinte: todos os projetos mencionados no item 1.2 possuem vida útil estimada de 25 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A amortização do ativo intangível, foi iniciada no momento da unitização das UFVs.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

e) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Empresa, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo contas a receber

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Empresa deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Empresa não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas

Com relação às aplicações financeiras, a Empresa somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

3. Políticas contábeis materiais--Continuaçãoe) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuaçãoi) *Ativos financeiros não derivativos--Continuação**Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

ii) *Ativos não financeiros*

Anualmente a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que os seus ativos não financeiros são recuperáveis.

f) Empréstimos e financiamentos*Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI*

Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das Empresas securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRIs, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRIs desde a data de emissão dos CRIs, é composta por juros remuneratórios de IPCA + 10% a.a.. O prazo de vencimento dessa emissão é em agosto de 2030.

3. Políticas contábeis materiais--Continuaçãof) Empréstimos e financiamentos--Continuação*Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI--Continuação*

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que o CRI esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h) Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Empresa avalia que os contratos com prazo inferior a doze meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

h) Arrendamentos--Continuação

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Empresa.

i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j) Receita de contratos com clientes

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviço. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Todos os contratos da Empresa possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Empresa não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Empresa entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Empresa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Empresa decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- (a) Vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- (b) Taxa incremental dos contratos de arrendamento;
- (c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- (d) Provisão para contingências;
- (e) Impostos diferidos.

A Administração da Empresa realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	1.505	312
	1.505	312

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas de 20% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDIs (99% em 31 de dezembro de 2024), prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

6. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários celebrados junto a True Securitizadora S.A. em 16 de agosto de 2021 e correspondem aos fundos listados abaixo, mediante a retenção de recursos do preço de aquisição, em conta destinada para este fim:

Fundo de Liquidez: o valor deverá ser mantido até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas constantes no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários e deverá manter o montante mínimo das 3 próximas parcelas vincendas de remuneração e amortização do CRI Sênior até a liquidação integral dos CRI, que vem sendo recomposto conforme contrato de cessão. Em 31 de dezembro de 2025, o fundo estava descoberto em R\$1.267 (R\$0 em 2024), de forma que esse valor será complementado de forma simultânea e automática através da remuneração do CRI subordinado (CRI 413).

	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Fundo de liquidez	5.680	4.182

7. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Pis a recuperar	58	58
Cofins a recuperar	62	65
IR e CSLL a recuperar	172	722
Imposto de Renda Retido na Fonte	24	162
Outros impostos	72	1
	388	1.008

8. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro abaixo por tipos de transação.

	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante			
Consórcio Evolua Energia (a)	Repassé	12.176	14.557
Cooperativa Evolua Energia (b)	Repassé	31.034	26.775
		43.210	41.332
Passivo não circulante			
Evolua Energia Participações S.A. (c)	Reembolso de gastos	13.006	10.912
		13.006	10.912
Resultado			
Consórcio Evolua Energia (d)	Receita de aluguéis	18.794	16.938
Cooperativa Evolua Energia (d)	Receita de aluguéis	18.908	17.040
		37.702	33.978

- (a) Refere-se basicamente ao repasse ao Consórcio Evolua Energia do valor mensal para o cumprimento do serviço da dívida, quando o valor dos recebimentos vinculados ao contrato do CRI não são suficientes para cobrir o saldo a pagar. Não há juros incidentes sobre essas operações conforme pactuado entre as partes;
- (b) Refere-se basicamente ao repasse à Cooperativa Evolua Energia do valor mensal para o cumprimento do serviço da dívida, quando o valor dos recebimentos vinculados ao contrato do CRI não são suficientes para cobrir o saldo a pagar. Não há juros incidentes sobre essas operações conforme pactuado entre as partes;
- (c) O montante de R\$ 13.006 refere-se a pagamentos efetuados pela Controladora a fornecedores das usinas fotovoltaicas em nome da Empresa
- (d) Refere-se a receita operacional da Empresa decorrente do arrendamento das usinas fotovoltaicas para as partes relacionadas.

8. Partes relacionadas--Continuação

As transações entre partes relacionadas são firmadas em condições comerciais determinadas entre as partes.

8.1. Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$127 (R\$42 em 31 de dezembro de 2024) a partir dos critérios de rateio determinados pelo Grupo para as despesas de remuneração da Administração.

9. Adiantamento a fornecedores

O montante de adiantamento a fornecedores decorre de prestação de serviços e compras de materiais de manutenção.

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores - Materiais	116	1.086
Adiantamentos a fornecedores - Serviços	38	147
	154	1.233

10. Ativo de direito de uso

A Empresa atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados aos direitos de superfície vinculados as Usinas Fotovoltaicas.

De acordo com o CPC 06 (R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A Administração da Empresa definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses contratos é a taxa efetiva de juros de suas captações dos certificados de recebíveis imobiliários, prontamente observáveis. A taxa adotada pela Empresa é 13,63% a.a. (13,63% em 2024). A vida útil do ativo de direito de uso é de 25 anos.

10. Ativo de direito de uso--Continuação

	Ativo de direito de uso - terrenos
Em 31 de dezembro de 2023	7.312
Remensuração	237
Amortizações	(332)
Em 31 de dezembro de 2024	7.217
Remensuração	400
Amortizações	(349)
Em 31 de dezembro de 2025	7.268

Os contratos de arrendamento de terrenos vigente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

Matrícula	Início do contrato	Prazo (meses)	Valor da Parcela (em R\$)	Índice de atualização	Taxa de Desconto	Mês atualização
Matrícula 41.083	jan/21	300	7.000	1,07%	13,63%	Dezembro
Matrícula 41.084 (34)	jan/21	300	7.000	1,07%	13,63%	Dezembro
Matrícula 41.084 (70)	abr/21	300	3.500	1,07%	13,63%	Março
Matrícula 18.803	jun/20	300	8.297	1,07%	13,63%	Agosto
Matrícula 7.381	jun/20	300	8.496	1,07%	13,63%	Junho
Matrícula 92.872	dez/20	300	10.000	1,07%	13,63%	Julho
Matrícula 33.189	mai/21	300	10.000	1,07%	13,63%	Maio
Matrícula 84.686	abr/21	300	13.000	1,07%	13,63%	Janeiro
Matrícula 92.929 (51)	jan/21	300	5.200	1,07%	13,63%	Julho
Matrícula 92.929 (59)	jan/21	300	6.000	1,07%	13,63%	Julho

11. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Máquinas e equipamentos	Ativos a imobilizar	Adiantamentos a fornecedores	Capitalização encargos financeiros, líquidos (a)	Total
Em 31 de dezembro de 2023	123.937	31.727	2.862	9.410	167.936
Transferência para serviço	43.295	(29.617)	(2.862)	(10.816)	-
Adições	-	1.323	-	1.406	2.729
Reembolsos CEMIG obras conexão	-	(3.433)	-	-	(3.433)
Depreciação	(9.293)	-	-	-	(9.293)
Em 31 de dezembro de 2024	157.939	-	-	-	157.939
Depreciação	(10.326)	-	-	-	(10.326)
Em 31 de dezembro de 2025	147.613	-	-	-	147.613
Taxa de depreciação - % a.a.	6,10%				
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	173.940	-	-	-	173.940
Depreciação acumulada	(16.001)	-	-	-	(16.001)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	157.939	-	-	-	157.939
Em 31 de dezembro de 2025					
Custo	173.940	-	-	-	173.940
Depreciação acumulada	(26.327)	-	-	-	(26.327)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	147.613	-	-	-	147.613

- (a) De acordo com as normas contábeis vigentes, a Empresa capitalizou os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição e construção das UFVs até a data de aprovação e conexão das mesmas pela concessionária de energia. Todas as UFVs possuíam essa aprovação em 31 de dezembro de 2024 e portanto, durante o exercício de 2025 não houve capitalização de juros de empréstimos. A depreciação desses ativos inicia-se quando a Empresa obtém a aprovação da concessionária de energia para funcionamento e conexão da UFV.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração avaliou e concluiu que os ativos são recuperáveis.

12. Intangível

	Projeto Usinas em serviço	Total
Em 31 de dezembro de 2023	5.453	5.453
Amortização	(223)	(223)
Em 31 de dezembro de 2024	5.230	5.230
Amortização	(226)	(226)
Em 31 de dezembro de 2025	5.004	5.004
Taxa de depreciação - % a.a.	4%	4%

O intangível da Empresa se refere a parecer de acesso das UFVs em serviço. A seguir um resumo dos pareceres de acesso e a vida útil de cada um:

Projeto	Potência (MW)	Concluído	Vida Útil (anos)
UFV Nova Ponte	5	out/21	25
UFV Montes Claros I	5,5	ago/22	25
UFV Montes Claros II	4,4	jul23	25
UFV Montes Claros III	5	ago24	25
UFV Buritizeiro I	5	ago/24	25

O ativo intangível é analisado para verificar a existência de indicadores de *impairment*, no mínimo, anualmente, sendo que, para 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou a existência de indicadores que pudessem representar desvalorização.

13. Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços	346	444
	346	444

14. Empréstimos e financiamentos

Em agosto de 2021, a Empresa realizou a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no montante total de R\$ 123.000, por meio de distribuição pública. Desse total, R\$ 105.000 referem-se a CRI Seniores, cujos recursos foram disponibilizados em caixa para a Empresa, e R\$ 18.000 correspondem a CRI Subordinados, os quais não foram cedidos à Empresa, tendo sido dados como dação em pagamento. A emissão foi realizada nos termos das Instruções CVM nº 414 e nº 476, com vencimento final em agosto de 2030 e remuneração à taxa de 10,0% ao ano acrescida da variação do IPCA, atualizado anualmente no mês de julho.

Em junho de 2024, em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, foram aprovadas alterações nos termos contratuais, incluindo: (i) ajustes no fluxo de amortização do principal e no cronograma de pagamento da remuneração; (ii) revisão dos valores dos contratos de locação das usinas fotovoltaicas; (iii) liberação dos recursos anteriormente retidos no Fundo de Liquidez; (iv) reestruturação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, com a criação dos indicadores ICSD1, calculado com base no EBITDA acrescido de aportes de capital e mútuos de acionistas, e ICSD2, calculado exclusivamente com base no EBITDA; e (v) prorrogação da coobrigação dos acionistas até 30 de junho de 2025 ou até a verificação do *completion* físico-financeiro, o que ocorrer por último. Em contrapartida à aprovação das alterações, foi instituída a cobrança de uma taxa ("waiver fee") no valor de R\$ 850. As demais alterações aprovadas não impactaram de forma relevante os saldos do contrato ou as obrigações assumidas pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2025 as obrigações estavam adimplentes

A movimentação durante o exercício foi, conforme abaixo:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2023	12.378	89.701	102.079
Apropriação dos custos de captação	-	1.648	1.648
Transferência curto prazo	2.902	(2.902)	-
Juros incorridos	-	14.336	14.336
Amortizações principal	(445)	(7.656)	(8.101)
Amortizações juros	(2.971)	(6.940)	(9.911)
Waiver fee	(850)	-	(850)
Em 31 de dezembro de 2024	11.014	88.187	99.201
Apropriação dos custos de captação	-	798	798
Transferência curto prazo	30.378	(30.378)	-
Juros incorridos	-	14.336	14.336
Amortizações principal	(11.611)	-	(11.611)
Amortizações juros	(9.620)	-	(9.620)
Em 31 de dezembro de 2025	20.161	72.943	93.104

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O contrato do CRI estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) de natureza operacional, financeira e de crédito, incluindo, entre outras: (i) restrição à implantação ou operação de sistemas de geração de energia fora das centrais vinculadas à operação; (ii) limite para assunção de novas obrigações no mercado financeiro e de capitais; (iii) limites de concentração por consorciado ou cooperado em relação à capacidade instalada; (iv) vedação à alienação dos recebíveis de locação não cedidos à securitizadora; e (v) manutenção de índices mínimos de cobertura do serviço da dívida (EBITDA / Serviço da Dívida do CRI Sênior), sendo igual ou superior a 1,40 por seis meses consecutivos a partir de setembro de 2022 e, após o *completion* físico, igual ou superior a 1,25.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa encontrava-se adimplente com todas as cláusulas restritivas e *covenants* estabelecidos no contrato do CRI.

A operação conta com um conjunto de garantias, destacando-se: (i) aval não solidário dos acionistas, limitado a 1/3 das obrigações garantidas, vigente até a verificação do *completion* físico e financeiro do projeto; (ii) fiança da Cedente garantindo as obrigações do consórcio ou cooperativa nos contratos de locação que lastreiam o CRI; (iii) cessão fiduciária de recebíveis provenientes das unidades fotovoltaicas e das contas arrecadadoras; (iv) alienação fiduciária das ações da Cedente, com cessão dos respectivos dividendos e direitos econômicos; (v) alienação fiduciária dos ativos das usinas fotovoltaicas; e (vi) alienação fiduciária dos direitos de superfície vinculados às referidas usinas.

A seguir são apresentados os vencimentos das amortizações de principal e juros:

Exercício	R\$
2026	20.161
2027	17.339
2028	21.382
2029	25.331
2030	8.891
	93.104

15. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recolher	62	50
COFINS a recolher	284	231
Parcelamento de impostos federais (a)	1.834	2.060
Outros impostos e contribuições a recolher	79	30
	2.259	2.371
Circulante	859	745
Não Circulante	1.400	1.626

(a) Em agosto/24, a Empresa aderiu ao Parcelamento Simplificado dos impostos junto a RFB, no qual todos os impostos federais em aberto até 31 de julho de 2024 foram unificados e parcelados em 60 meses com o saldo corrigido por juros de 1% ao mês mais IPCA.

16. Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui contratos vigentes de arrendamento de superfície de terrenos que serão utilizados para geração de energia fotovoltaica. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV.

A Empresa não possui contratos de arrendamento de baixo valor, aluguéis variáveis e com prazo inferior a doze meses.

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento - Terrenos	23.772	23.749
(-) Ajuste a valor presente	(15.494)	(15.792)
	8.278	7.957
Circulante	1.156	1.101
Não Circulante	7.122	6.856

16. Passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento durante o exercício é como segue:

	Terrenos
Em 31 de dezembro de 2023	7.775
Remensuração	237
Pagamentos de principal de arrendamentos	(938)
Pagamento de juros arrendamentos	(148)
Ajuste a valor presente	1.031
Em 31 de dezembro de 2024	7.957
Remensuração	400
Pagamentos de principal de arrendamentos	(992)
Pagamento de juros arrendamentos	(157)
Ajuste a valor presente	1.070
Em 31 de dezembro de 2025	8.278

A movimentação do ajuste a valor presente durante o exercício é como segue:

	Ajuste a valor presente
Em 31 de dezembro de 2023	16.351
Remensuração	472
Apropriação AVP	(1.031)
Em 31 de dezembro de 2024	15.792
Remensuração	772
Apropriação AVP	(1.070)
Em 31 de dezembro de 2025	15.494

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Sócio	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de cotas	Capital Subscrito R\$	%	Quantidade de cotas	Capital Subscrito R\$	%
Evolua Energia Participações S.A.	84.921.068	84.921	100	84.921.068	84.921	100
	84.921.068	84.921	100	84.921.068	84.921	100

O capital social da Empresa totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 84.921 (R\$ 84.921 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 84.921.068 (oitenta e quatro milhões, novecentas e vinte e uma mil e sessenta e oito) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalmente detidas pela sócia Evolua Energia Participações S.A.

17.2. Destinação de dividendos

Em reunião dos acionistas realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberada a destinação de dividendos no montante de R\$ 9.964. O pagamento desses dividendos deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2026, conforme decisão da assembleia.

18. Receita operacional líquida

A empresa é arrendadora de Unidades Fotovoltaicas (UFVs) próprias, as quais são objeto de contrato de locação celebrado com a Cooperativa Evolua e o Consórcio Evolua, partes relacionadas integrantes do mesmo grupo econômico.

A receita é reconhecida exclusivamente com base no contrato de locação firmado entre as partes, o qual possui prazo de vigência de 25 anos. O reconhecimento ocorre de forma linear ao longo do prazo contratual, a partir do uso das UFVs pelo locatário, em conformidade com os termos contratuais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com aluguéis	37.793	33.978
(-) Cofins	(2.865)	(2.582)
(-) Pis	(622)	(561)
	34.306	30.835

Em 2025 e 2024, a locação das UFVs foi tributada às alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS.

19. Custos operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação	(10.326)	(9.293)
Amortização de ativo de direito de uso e intangível	(575)	(555)
Alugueis	(167)	(187)
Créditos de Pis/Cofins depreciação	917	860
	(10.151)	(9.175)

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de Terceiros	(7.070)	(5.144)
Pessoal	(3.111)	(3.149)
Outras despesas	(1.039)	(607)
	(11.220)	(8.900)

21. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	581	448
Outras receitas financeiras	56	65
	637	513
(-) Despesas Financeiras		
Juros CRI	(14.336)	(13.119)
Custo de captação apropriados do CRI	(798)	(798)
Outras despesas financeiras	(513)	(853)
Ajuste a valor presente de arrendamentos	(1.070)	(1.031)
Multas e Acréscimos Moratórios	(279)	(593)
	(16.996)	(16.394)
	(16.359)	(15.881)

22. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.424)	(3.121)
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social nominal	1.164	1.061
Juros CRI	-	(2.417)
Ativo fiscal diferido não constituído	(845)	(1.321)
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	(547)	(6)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(228)	(2.683)
Alíquota efetiva %	7%	86%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(228)	(2.683)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Passivo Não Circulante			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Base de Cálculo	Imposto	Base de Cálculo	Imposto
Diferenças Temporárias				
Arrendamento	1.167	397	-	-
Juros sobre empréstimos	7.395	2.514	7.892	2.683
Total	8.562	2.911	7.892	2.683

23. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não é parte integrante de ações tributárias, cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável ou possível.

24. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

24.1. Fatores de risco

24.1.1. Risco de mercado

i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de certificados de recebíveis imobiliários, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras - equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 5)	1.505	312
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	5.680	4.182
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	(93.104)	(99.201)
Passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	(8.278)	(7.957)
Exposição Líquida	(94.197)	(102.664)

Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2026 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2025) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2026. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2026.

24. Gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco--Continuação

24.1.1. Risco de mercado--Continuação

- i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros--Continuação*

	Exposição R\$	Risco	%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Exposição Líquida	(94.197)	Alta CDI	12,25%	(11.539)	(14.424)	(17.309)

A Empresa não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas ou com terceiros. Em relação às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito ao final do exercício foi:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 5)	1.505	312
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	5.680	4.182

A Empresa não possui risco de crédito por tipo de contraparte e as aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

24.1.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

24. Gestão de risco financeiro--Continuação

24.1. Fatores de risco--Continuação

24.1.2. Risco de liquidez--Continuação

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

	Valor contábil	6 meses ou menos ou	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 anos em diante
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores (Nota explicativa nº 13)	444	444	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	99.201	5.507	5.507	17.199	70.988
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	10.912	-	-	-	10.912
Passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	7.957	551	551	2.202	4.653
	118.516	7.054	6.608	13.216	91.638
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores (Nota explicativa nº 13)	346	346	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	93.104	10.080	10.081	17.339	55.604
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	13.006	-	-	-	13.006
Passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	8.278	578	578	1.156	5.966
	114.735	6.432	6.085	12.170	90.048

24.2. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de estrutura de capital. Esse índice corresponde à dívida bruta expressa como percentual do capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao saldo total devedor dos certificados de recebíveis imobiliários e/ou obrigações contraídas no mercado financeiro e de capitais. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida bruta.

24. Gestão de risco financeiro--Continuação

24.2. Gestão de capital--Continuação

A seguir o índice de estrutura de capital em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo financeiros		
Passivo de arrendamentos (Nota explicativa nº 16)	8.278	7.957
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	93.104	99.201
Dívida Bruta (A)	101.382	107.158
Total do patrimônio líquido	81.269	94.885
Total do capital (B)	182.651	202.043
Índice de estrutura de capital - % (A/B)	56%	53%

25. Instrumentos financeiros por categoria

25.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

		31/12/2025			31/12/2024		
Ativos financeiros	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa							
- Aplicações financeiras	5	1.505	1.505	Nível 2	312	312	Nível 2
Fundos Vinculados	6	5.680	5.680	Nível 2	4.182	4.182	Nível 2
		7.185	7.185		4.494	4.494	
Custo amortizado:							
Partes relacionadas	9	43.210	43.210		41.332	41.332	
		43.210	43.210		41.332	41.332	
Passivo financeiros							
Custo amortizado:							
Fornecedores	13	346	346		444	444	
Passivo de arrendamento	16	8.278	8.278		7.957	7.957	
Partes relacionadas	9	13.006	13.006		10.912	10.912	
Empréstimos e financiamentos	14	93.104	93.104		99.201	99.201	
		114.734	114.734		118.516	118.516	

25. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

25.1 Classificação contábil e valor justo--Continuação

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

26. Cobertura de seguros

A Empresa mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de responsabilidade civil e operacionais aos seus ativos em operação, especificamente as suas Usinas Fotovoltaicas. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil e danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada abaixo:

Coberturas (R\$ mil)	2025	Vigência
Risco Responsabilidade Civil	10.000	27/09/25 a 27/09/26
Seguro Operacional	33.944	27/09/25 a 27/09/26